

2

“Em nome do Governo do Rio de Janeiro”: a formação de um território indigenista

2.1

Do Rebatismo da Cachoeira Mitológica à Fundação da Estação Telegráfica: o processo inicial de formação do Território Indigenista Utiarity (1907-1909)

Nas décadas iniciais do período republicano do Brasil a região geográfica que abrangia o estado do Mato Grosso possuía dimensões territoriais bastante amplas, bem maiores daquelas de hoje. As vastas porções de terra que constituíam o estado foram objeto de interesse político do estado nacional recém-tornado república. Os habitantes indígenas de Mato Grosso, em sua diversidade cultural e social, também se tornaram objeto de preocupação administrativa do governo federal por questões bastante específicas de interesse de Estado.

O Brasil enquanto república constituía uma situação histórica nova e com o novo modelo de governo surgiam novas propostas e projetos de integração das terras e populações que constituíam, respectivamente, o território e a sociedade nacional. Devemos compreender o estado nacional como uma forma de organização específica onde a idéia de território ocupa um lugar fundamental.

Por território, tomo a definição de Michel Foucault como orientadora das reflexões presentes nesta dissertação. Para este autor, território é tanto uma noção geográfica quanto uma noção jurídico-política: “(...) aquilo que é controlado por um certo tipo de poder”⁸.

O estado nacional pode ser compreendido como um tipo de poder constituído e segundo Montserrat Guibernau, é “um fenômeno moderno, caracterizado pela formação de um tipo de estado que possui o monopólio do que afirma ser o uso legítimo da força dentro de um território demarcado(...)”⁹. A autora prossegue em sua definição:

(...) [o estado nacional] procura unir o povo submetido a seu governo por meio da homogeneização, criando uma cultura, símbolos e valores comuns, revivendo tradições e mitos de origem, e às vezes, inventando-as. As principais diferenças entre uma nação e um estado nacional, quando estes não coincidem (como quase

⁸ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 157 (25ª edição, 2008)

⁹ GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997, p. 56.

sempre acontece), são que, enquanto os membros de uma nação têm consciência de formar uma comunidade, o estado nacional procura criar uma nação e desenvolver um senso de comunidade dela proveniente. Enquanto a nação compartilha uma mesma cultura, valores e símbolos, o estado nacional tem como objetivo a criação de uma cultura, símbolos e valores comuns.¹⁰

Princípios e valores republicanos procuravam promover a articulação entre a idéia de estado e a idéia de nação no Brasil de uma maneira específica, utilizando-se da idéia de território. Em tal época histórica o Estado buscava consolidar-se enquanto nação sob o signo da república e não mais sob símbolos imperiais: a produção de novos símbolos que representassem o novo regime político – como o mapa, a bandeira e o hino nacional – tornou-se tarefa estatal estratégica a fim de exercer influência política e cultural sobre o imaginário de seus governados¹¹.

O mapa geográfico do Brasil – assim como o hino e a bandeira – detinham um grande valor simbólico. Os novos mapas a serem criados deveriam funcionar como símbolos da integração territorial da república. O redesenho cartográfico dos mapas oficiais a partir da incorporação de novos territórios regionais poderia criar um senso de comunidade que fortaleceria a articulação do Estado com a nação.

O governo do Rio de Janeiro passava a ver como necessária a criação de frentes de expansão para incorporar territórios que seriam do estado nacional, mas não o acompanhavam dentro do modelo considerado ideal. A República dos Estados Unidos do Brasil tinha como principal referência o modelo norte-americano de república, como o nome já denuncia. Este modelo era defendido pela vitoriosa corrente liberal que dirigia os rumos políticos do país nos primórdios da construção da república brasileira¹².

Uma das implicações da idéia de “estados unidos” se configurava na idéia de “territórios unidos”. Do ponto de vista estatal, através da formulação de um

¹⁰ Idem, ibidem.

¹¹ Ver CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 (17ª reimpressão, 2007).

¹² Sobre os diferentes modelos para a república e as correntes políticas em disputa ver obra citada de José Murilo de Carvalho. Não posso deixar de sublinhar a configuração de uma situação histórico-política bastante peculiar: a corrente positivista, que não possuía a mesma visão de república propugnada pelos liberais, defensores que eram do modelo republicano francês, encabeçaria o projeto de integração territorial. Duas concepções de república coexistiriam e seriam aplicadas em nome do Estado simultaneamente.

projeto integrativo entre territórios dispersos pelo espaço geográfico do país, o ideal de um território nacional poderia se consolidar. A desejada união territorial que daria forma à unidade brasileira se configuraria através da formação de frentes de expansão. Buscar-se-ia, através destes projetos, impor e implementar um caráter e uma feição nacional à espaços e grupos humanos contidos em regiões que administrativamente pertenciam ao Estado.

Motivados por ideários republicanos – imaginários, idéias e símbolos específicos – agentes histórico-sociais representantes do estado nacional integrariam equipes responsáveis pela expansão da influência do governo federal sobre espaços geográficos distantes do centro político-administrativo do país. Uma intervenção não somente caracterizada por uma dimensão política, mas também por uma dimensão cultural.

Buscando interligar tais regiões com o Rio de Janeiro – capital federal e sede da República – para fins de uma melhor administração do território nacional, organizar-se-iam grupos de expedições que empreenderiam a construção de novas linhas telegráficas que dariam forma a um sistema de comunicação estatal mais eficiente.

Como parte de um mesmo processo, a construção de uma infra-estrutura que viabilizasse o funcionamento adequado de um sistema de comunicações interestaduais ocorria por meio da ocupação física dos territórios, o que dava origem a processos de colonização e povoamento. Colonizar e povoar, por sua vez, respondiam a objetivos políticos do Estado que diziam respeito àquele contexto histórico específico.

A ocorrência da Guerra do Paraguai (1865-1870) fez emergir no Estado brasileiro – ainda imperial – uma consciência da necessidade de realizar a proteção das fronteiras do país. O Estado republicano daria prosseguimento a esta idéia: povoar e colonizar as fronteiras foram as formas encontradas para protegê-las. O fortalecimento do estado nacional consistia também na consolidação de suas fronteiras territoriais.

Vislumbramos aqui o encontro entre diferentes formas de consolidação do ideal do estado nacional: o desenvolvimento de um sistema de comunicações, a aplicação de projetos de colonização e povoamento e a necessidade de proteger as

fronteiras constituíam o mesmo projeto de integração territorial pretendido pelo Estado republicano¹³.

As comissões construtoras de linhas telegráficas atuantes na região do Mato Grosso promoveriam profundas transformações na organização social e territorial do estado nas três décadas iniciais do período republicano, num espaço de tempo compreendido entre os anos de 1890 e 1915. A “Comissão Gomes Carneiro” iniciou a aplicação do projeto estatal para a unidade federativa, durante a década final do século XIX (1890-1891)¹⁴. As duas primeiras décadas do século XX seriam marcadas pela atuação das “Comissões Rondon” em espaços regionais distintos.¹⁵

No período de 1900-1906, o Estado brasileiro através da 1ª Comissão Rondon – a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas do Mato Grosso – interviu na zona sudoeste do estado. Entre 1907-1915, a 2ª Comissão Rondon – a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas – agiu sobre a zona noroeste do estado¹⁶.

Apesar das distinções feitas, as três comissões podem ser entendidas como etapas segmentadas de um projeto estatal de longo prazo. No entanto, para compreendermos o processo histórico de surgimento, composição e ação das Comissões constituindo-se no tempo, podemos pensar que as condições políticas que viabilizavam a organização da comissão seguinte eram criadas pelo alcance das metas planejadas pela precedente.

As comissões telegráficas atuantes no Mato Grosso são aqui interpretadas como frentes de expansão do Estado republicano. Os agentes sociais que

¹³ Vale citar novamente Montserrat Guibernau: “Em todo o processo de formação de estado nacional, o poder do estado desempenha um papel fundamental. É principalmente por meio do poder do estado que os territórios se unem através da anexação ou da conquista. O poder do estado também é fundamental para uma definição do estado moderno tanto por intermédio de suas claras fronteiras quanto por sua capacidade de mantê-las com o monopólio da violência. Este é exercido dentro das fronteiras do estado nacional, mas a violência é um meio de defender os interesses de um estado nacional contra os dos demais.” Ver GUIBERNAU, Montserrat. op. cit. p.67.

¹⁴ O Major Antônio Ernesto Gomes Carneiro, em 1890, chefiou a expedição que compunha a Comissão Construtora da Linha Telegráfica de Cuiabá ao Araguaia. Do início da expedição até o seu término em 1891, Cândido Rondon participou ativamente desta comissão, atuando primeiramente enquanto engenheiro auxiliar na construção da linha telegráfica. Depois atuou enquanto chefe do Distrito Telegráfico da região até o ano de 1898. A política de não-agressão aos índios iniciada por Gomes Carneiro exerceria grande influência ao longo de toda carreira indigenista de Rondon. Ver LASMAR, Denise Portugal. **O acervo imagético da Comissão Rondon no Museu do Índio: 1890- 1938**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2008.

¹⁵ Ver anexos 1 e 2.

¹⁶ Ver anexo 3.

compunham tais frentes seriam responsáveis por dar início a um processo de territorialização a que seriam submetidos o espaço geográfico e seus habitantes indígenas.

É conveniente dizer que ao conceito de territorialização podemos atribuir múltiplos sentidos e significados; ele possui grande flexibilidade, o que o possibilita de ser pensado no caso a caso, adquirindo assim formas variadas de definição a partir da situação estudada. Sendo este conceito passível de múltiplas definições, ele deve ser explicitamente definido a partir de cada caso analisado, cada documento trabalhado, podendo ser aplicado de diferentes maneiras.

Preliminarmente devemos compreender o conceito de territorialização enquanto um processo político e social de transformação de territórios étnico-indígenas¹⁷ em territórios estatais-indigenistas¹⁸. Detendo-me prioritariamente na parte noroeste do estado – portanto, na zona de atuação da 2ª Comissão Rondon - início a análise de um documento representativo da época:

Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas- Relatório apresentado à Directoria Geral dos Telegraphos e à Divisão Geral de Engenharia (G5) do Departamento da Guerra pelo Coronel Candido Mariano da Silva Rondon, Chefe da Comissão- 1º volume- Estudos e Reconhecimentos.¹⁹

Esta é a folha de rosto do primeiro volume do relatório redigido pelo coronel Cândido Rondon, em 1910, sobre a conclusão da primeira etapa de construção das linhas telegráficas que interligariam o Mato Grosso e o Amazonas ampliando o sistema de comunicação estatal. Trata-se de uma obra de mais de 350 páginas que relata os processos e os resultados dos trabalhos desenvolvidos por uma equipe enorme de profissionais militares e civis, comandada por um coronel do Exército, que vinha atuando há mais de três anos na zona geográfica correspondente ao noroeste de Mato Grosso e sudoeste do Amazonas.

¹⁷ A idéia de “territórios étnicos” deve ser entendida enquanto uma construção intelectual-científica que designa espaços territoriais definidos pelos próprios grupos indígenas, portanto, distintos dos territórios locais forjados e delimitados pelo Estado.

¹⁸ Esta é uma construção interpretativa dos historiadores, visto que o termo “indigenista” não corresponde à maneira pela qual os agentes estatais compreendiam suas ações na época. Estou aqui me referindo também a uma forma de atuação indigenista específica: o indigenismo de Estado. Este tipo se diferencia do indigenismo missionário praticado por instituições religiosas. Sobre as origens do termo “indigenismo” ver LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Um Grande Cerco de Paz: Poder tutelar, indianidade e formação de Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

¹⁹ RONDON, Cândido Mariano da Silva. **Relatório. 1º volume. Estudos e Reconhecimentos**. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, s/d.

Esta Comissão Rondon²⁰ tinha o objetivo de corresponder às expectativas de um planejamento estatal de conquista, criação e controle de territórios para fins de ampliação do poder governamental. Tinha por finalidade penetrar em áreas mal governadas pelo Estado – onde este exercia pouca influência política e cultural –, estudando-as para reconhecer suas características topográficas, hidrográficas, geológicas, mineralógicas, climáticas, botânicas, zoológicas e etnográficas.

Reconhecendo-as para conquistá-las; conquistando-as para dominá-las; dominando-as para governá-las. Não é por acaso que o primeiro volume do relatório é intitulado “Estudos e Reconhecimentos”: os agentes sociais militares em questão compreendiam suas ações nestes termos e estes detinham em si um sentido de domínio de um saber geográfico sobre a região.

No que diz respeito à constituição de um saber geográfico pela Comissão Rondon e como este se vincula a questões políticas, administrativas e militares, julgo oportuno citar um trecho da entrevista de um geógrafo francês com Michel Foucault que deu origem ao capítulo intitulado “Sobre a Geografia” que compõe a obra “Microfísica do Poder”:

Heródote: O que se deve enfatizar a respeito de certas metáforas espaciais, é que elas são tanto geográficas quanto estratégicas, e isso é muito normal visto que a geografia se desenvolveu à sombra do exército. Entre o discurso geográfico e o discurso estratégico, pode-se observar uma circulação de noções: a região dos geógrafos é a mesma que a região militar (de *regere*, comandar) e província o mesmo que território vencido (de *vincere*). O campo remete ao campo de batalha...

Michel Foucault: Reprovaram-me muito por essas obsessões espaciais, e elas de fato me obcecaram. Mas, através delas, creio ter descoberto o que no fundo procurava: as relações que podem existir entre poder e saber. Desde o momento em que se pode analisar o saber em termos de região, de domínio, de implantação, de deslocamento, de transferência, pode-se apreender o processo pelo qual o saber funciona como um poder e reproduz os seus efeitos. Existe uma administração do saber, uma política do saber, relações de poder que passam pelo saber e que naturalmente, quando se quer descrevê-las, remetem àquelas formas de dominação a que se referem noções como campo, posição, região, território. E o termo político-estratégico indica como o militar e o administrativo efetivamente se inscrevem em um solo ou em formas de discurso.(...)²¹

²⁰ A Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas era subordinada a Divisão Geral de Engenharia (DGE) do Ministério da Guerra. A complexidade da constituição da Comissão – o fato de ser composta por profissionais civis e militares – deriva do fato dela ser também subordinada à Repartição Geral dos Telégrafos (RGT) que por sua vez era um órgão subordinado ao Ministério de Viação e Obras Públicas. Isto explica o fato dos relatórios de Rondon sobre os trabalhos da Comissão telegráfica serem dirigidos tanto à DGE quanto à RGT.

²¹ FOUCAULT, Michel. op. cit. p. 158.

Os termos “desbravar” e “conquistar” também estão nos registros documentais e remetem à atuação das expedições que compunham à Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMGA). O período inicial de ação desta Comissão antecede no tempo a fundação da primeira agência oficial criada pelo Estado republicano para intervir politicamente sobre populações indígenas, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), o que nos remete, portanto, a um período anterior à existência de postos indígenas.

Chamo atenção para o fato dos termos desbravamento e conquista serem nitidamente de caráter militar e a manutenção de seu uso aqui visa expor que coubera a um determinado destacamento militar- uma equipe de profissionais selecionados dentre os expedicionários da Comissão - a tarefa de levar a cabo a construção de estações telegráficas naquela área reconhecida como “dominada” por grupos indígenas Paresí²².

O objeto de estudo aqui construído, o Território Indigenista Utiarity²³, se enquadra como um dos espaços geográficos estudados, reconhecidos e territorializados pelo Estado: desbravado e conquistado em 1907, tornado território indigenista a partir da fundação da estação telegráfica na localidade em 1909 e fortalecido enquanto território estatal após a fundação de um posto indígena na região no período pós-1911.

O espaço geográfico tornado território indigenista, aqui não se refere a uma ação jurídica. Refere-se à intervenção governamental configurada na instalação de uma estação telegráfica em território indígena na medida em que a estação representava uma unidade administrativa estatal. Talvez não seja prudente referir-se a terras habitadas por índios como territórios, pois grande parte destas não era legalizada ou legitimada juridicamente falando.

²² O etnônimo Paresí é atualmente a convenção adotada pelos antropólogos para se referirem aos indígenas desta etnia. Na época histórica estudada era através da denominação Parecis que os agentes do Estado se referiam ao grupo étnico: um etnônimo construído e atribuído por agentes externos. Todavia não podemos deixar de atentar para a auto-denominação dos grupos indígenas desta etnia, que se auto-referiam como Halití ou Arití no período histórico em questão. Ver MACHADO, Maria Fátima Roberto. **Índios de Rondon. Rondon e as linhas telegráficas na visão dos sobreviventes Wáimare e Kaxinití, grupos Paresí**. Tese de doutorado em Antropologia Social. Museu Nacional/UFRJ, 1994.

²³ Cabe explicar a escolha do historiador em utilizar a denominação Utiarity. Tal opção foi feita para ressaltar a dimensão da historicidade dos acontecimentos, pois era assim que os agentes sociais da época se referiam à região. Nos dias atuais se utiliza a denominação Utiariti.

No entanto, os próprios agentes militares da Comissão Rondon na época referiam-se às terras ocupadas por índios como territórios. À medida que instalavam-se entre os índios através da construção de estações telegráficas passavam a incorporar aquele território ao território nacional. A partir do ato de fundação da estação tomavam a iniciativa de recorrer às instâncias jurídicas e as autoridades legislativas do Mato Grosso a fim de legitimar juridicamente os terrenos recém-ocupados. Desta maneira podemos compreender a Comissão Telegráfica como um órgão indigenista, pois uma de suas finalidades era transformar territórios indígenas em territórios estatais.

A esta altura deve ser dito que a idéia de “território” é uma construção que não dizia respeito às próprias comunidades indígenas. A idéia de pertencimento a um lugar fixo não fazia parte das concepções dos grupos históricos Paresí. Sendo a noção de “território” estranha aos índios, não eram nestes termos que compreendiam as terras que habitavam.

Contudo, ao se referirem aos terrenos habitados por grupos indígenas, os agentes do governo os classificavam com termos tais como “territórios” e “domínios”. É necessário que tomemos ciência da maneira pela qual os agentes indigenistas categorizavam as terras ocupadas por populações indígenas para que adquiramos consciência de que a visão dos índios sobre as terras que ocupavam era formada sob outros conceitos. Conceitos indígenas.

As sociedades indígenas construía em seus próprios parâmetros culturais e de percepção geográfica as marcas referenciais que estabeleciam os limites de suas territorialidades em relação às terras ocupadas por indígenas de outras etnias: os Paresí respeitavam os limites de seu território étnico a fim de evitar o confronto com grupos da etnia Nambikwara, com os quais mantinham acesas rivalidades e relações sociais de guerra.

A Estação Telegráfica Utiarity foi fundada pela Comissão de Linhas Telegráficas em 21 de abril de 1909, portanto, também antecede no tempo a criação do SPILTN – órgão criado em 20 de junho de 1910 – e a criação do conceito de posto indígena, que sempre esteve vinculado à existência do órgão indigenista oficial do Estado republicano.

O processo de colonização e povoamento da região que viria a ser chamada Utiarity teve seu início nos trabalhos realizados pela CLTEMGA,

incluídos aí as tarefas de atração e, por vezes, a tarefa de “pacificação” dos grupos indígenas locais. Atrair e pacificar índios eram tarefas fundamentais inerentes às políticas de colonização aplicadas pelo estado nacional em Mato Grosso.

Sabia-se que esta região era tradicionalmente ocupada por grupos indígenas da etnia Paresí, tendo sido (re)batizada por Rondon como Utiarity, palavra da língua indígena falada por este grupo étnico. Antes da intervenção nas terras indígenas, no intuito de planejá-la e dirigí-la melhor, o coronel Rondon já havia realizado um levantamento bibliográfico de relatos sobre contatos estabelecidos com as etnias locais em outros períodos históricos. O estadista Rondon já detinha um saber sobre os Paresí antes de se instalar entre eles²⁴.

É fundamental mencionarmos também a atuação de antropólogos junto às comissões telegráficas: estes contribuía para o exercício do poder e da administração sobre os índios na medida em que eram responsáveis pela construção e acumulação de um saber etnológico-científico.²⁵

O cientista social José Mauro Gagliardi descreve o processo inicial de “desbravamento” e ocupação das terras indígenas Paresí:

No dia 2 de setembro de 1907, a terceira seção, comandada por Rondon, partiu da Vila de Diamantino em direção ao misterioso Rio Juruena. (...) Alguns dias depois, a expedição atingiu a serra dos Parecis. Nessa região foram visitadas diversas aldeias de índios Pareci. No final de setembro, Rondon chegou à Aldeia Queimada, onde era esperado por um grupo de índios Pareci, chefiado por

²⁴ “Quando encontrou-se com os Paresí, no início do século, Rondon não os ‘descobriu’ propriamente. Como um intelectual, ele já conhecia as principais publicações disponíveis no Brasil e no exterior sobre esses índios. Já tinha lido (e citou nos seus relatórios) as memórias de Pires de Campos (1862), de Bartolomé Bossi (1863) e de Nicolau Badariotti (1898), além dos trabalhos etnográficos de Karl Von den Steinen (1887). Durante os anos de convivência mais estreita com os índios, trabalharam entre os Paresí das estações os etnólogos Max Schmidt e os brasileiros Barbosa de Faria e Roquette-Pinto, do Museu Nacional (RJ).” Ver MACHADO, op. cit., p.133.

²⁵ Não podemos deixar de atentar para o fato de que a Comissão possuía propósitos militares e científicos: esta era composta estrategicamente por equipes de profissionais responsáveis pela coleta de espécies da flora e da fauna para posterior estudo, pelo levantamento topográfico e geológico da região, pela identificação e localização de rios para a confecção de cartas geográficas atualizadas, como também pelo mapeamento etnográfico da região. Para realizar este mapeamento etnólogos eram convidados a integrar as equipes da comissão telegráfica. Os aspectos militares do processo de constituição e administração de estações telegráficas são tão importantes quanto os aspectos científicos do “desbravamento dos sertões” protagonizado pelas equipes organizadas para a concretização de tais expedições. Estas duas características da Comissão Rondon são indissociáveis. Os cientistas integrantes destas expedições eram freqüentadores dos espaços que se constituíam enquanto zonas de nucleamento de grupos indígenas; o exército e o campo científico estavam diretamente inter-relacionados. A participação de engenheiros-militares (sendo Cândido Rondon um simbólico exemplo), geógrafos-militares e cartógrafos-militares nestas equipes expedicionárias responsáveis pelo assentamento inicial dos locais onde seriam construídas estações telegráficas é bastante relevante para a compreensão da problemática deste estudo. Ver LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. “No rastro do desconhecido”. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**, agosto de 2006.

Toloiri, que viera especialmente para conhecê-lo atraído pela notícia de que Rondon era amigo e protetor dos índios. No início de outubro, Rondon fez o levantamento de um salto [queda d'água] existente no rio Saueru-Iná – Papagaio -, o qual denominou Utiariti, nome de um gavião importante na cultura Parecí.²⁶

Pelo texto do autor percebemos que o reconhecimento das terras a serem colonizadas passa pelo estabelecimento de contatos com os grupos indígenas locais. Estes contatos podem ser compreendidos, se levarmos em conta a visão tecno-cientificista dos agentes estatais envolvidos no empreendimento colonizador, como um mapeamento etnográfico da região.

Simultaneamente reconhecendo e fazendo-se reconhecer pelos índios Paresí, Cândido Rondon, aplicando as técnicas estratégicas de um saber sertanista²⁷, passa a atribuir denominações próprias a determinados lugares que já tinham nomes estabelecidos, atribuídos pelos próprios indígenas que habitavam aquele espaço²⁸.

Segundo Pierre Bourdieu os atos de nomear, categorizar e classificar devem ser entendidos como mecanismos de dominação política e simbólica:

A *regio* [origem etimológica da palavra região] e as suas fronteiras (*finis*) não passam do vestígio apagado do ato de autoridade que consiste em circunscrever a região, o território (que também se diz *finis*), em impor a definição (outro sentido de *finis*) legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território, em suma, o princípio de di-visão legítima do mundo social. Este ato de direito que consiste em afirmar com autoridade uma verdade que tem força de lei é um ato de conhecimento, produz a existência daquilo que enuncia (a *auctoritas*, como lembra Beneviste, é a capacidade de produzir que cabe em partilha ao *auctor*). O *auctor*, mesmo quando só diz com autoridade aquilo que é, mesmo quando se limita a enunciar o ser, produz uma mudança no ser: ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, ele subtrai-as ao arbitrário, sanciona-as, sacrifica-as, consagra-as, fazendo-as existir como dignas de existir, como conforme à natureza das coisas, “naturais”.²⁹

Entendemos o (re)batismo da área geográfica ocupada pelos grupos indígenas Paresí como um ato de autoridade – provindo do coronel Rondon

²⁶ GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a República**. São Paulo: Hucitec: EDUSP, 1989, pg.151.

²⁷ Nesta época Cândido Rondon já havia acumulado vinte anos de experiência de atuação militar-indigenista nos sertões de Mato Grosso. A expressão “saber sertanista” busca designar o conhecimento adquirido por grupos ou indivíduos que atuavam em nome do governo em regiões sertanejas.

²⁸ Ver apêndices da tese citada de Maria Fátima Roberto Machado.

²⁹ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989, pg. 114.

enquanto representante legítimo do estado nacional – que funciona como instrumento simbólico inicial do processo de conquista militar em curso. Nomear uma imponente cachoeira - local de importância mitológica nos parâmetros culturais Paresí - com uma palavra da língua indígena falada por esta etnia é um recurso estratégico de extrema importância na tentativa de empreender uma identificação dos índios com a nova territorialidade a lhes ser imposta.

Com o objetivo de atraí-los para a convivência conjunta Rondon apropriou-se de um termo indígena para efetivar a territorialização governamental do espaço. No entanto, a própria utilização do termo Utiarity nos remete ao fato dos indígenas habitarem aquele território anteriormente à ocupação estatal. Utiarity seria também o nome atribuído a uma estação telegráfica e a um posto indígena que seriam construídos naquela localidade e que passariam a compor o território estatal indigenista a ser criado dentro das terras Paresí.

A antropóloga Maria Fátima Roberto Machado nos oferece também uma descrição dos momentos iniciais de atuação da 2ª Comissão Rondon junto aos indígenas:

Nos relatos rondonianos, os Wáimare e os Kaxíniti [grupos indígenas distintos da mesma etnia, a Paresí] foram ‘descobertos’ por Rondon exatamente no ano de 1907, quando ele dava início à construção das ‘Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas’. As linhas eram parte de um plano militar da nascente república, era uma obra de vulto, grandiosa, de ocupação das fronteiras matogrossenses com a Bolívia e o Paraguai. Idealizada depois da guerra com o Paraguai (1865-1870), foi executada pela Comissão Rondon como uma estratégia militar de consolidação das fronteiras, quando Mato Grosso já participava do mercado internacional da borracha. Como já referi, Rondon chegou no antigo território Paresi em plena efervescência das descobertas e da expansão dos seringais (...). De 1907 a 1915 os contatos foram bastante intensos e daí surgiram os minuciosos registros do seu diário de campo, que apontavam, literalmente, o dia a dia do avançar das linhas, com os grupos locais Paresi encontrados e contactados pelo caminho (...) Em setembro de 1907 (mais precisamente no dia 17) depois de sair de Diamantino, passando a serra e entrando no Chapadão dos Parecis, perto do barracão de seringa (...), Rondon encontrou os Paresi do ‘Wazuliatiá’, um grupo Kaxíniti, onde ele conseguiu o seu primeiro guia, para avançar em direção ao norte. ‘Wazuliatiá’ é o nome do rio Cágado; ali na sua cabeceira foi montado o primeiro acampamento da Comissão e, quase um ano depois [1908], foi construída a estação ‘Parecis’ (...)³⁰

³⁰ MACHADO, Maria Fátima Roberto. **Índios de Rondon. Rondon e as linhas telegráficas na visão dos sobreviventes Wáimare e Kaxíniti, grupos Paresi.** Tese de doutorado em Antropologia Social. Museu Nacional/UFRJ, 1994, pgs. 119-120. Machado também nos oferece uma outra versão da origem da palavra “utiarity”: “Pereira também afirma que alguns homens Paresi mais velhos são tidos como feiticeiros e temidos pelos outros. O único capaz de atuar contra a influência dos feiticeiros era o ‘utiarity’ (‘otoharrity’), o bom pagé, sacerdote, o curador das doenças.” pg. 158.

Este fragmento da tese de doutorado da autora nos revela dados relevantes para uma melhor compreensão do meu objeto de estudo. Os índios Paresí não constituem um grupo homogêneo: se podemos compreendê-los como pertencentes a um mesmo grupo étnico, não devemos necessariamente nem automaticamente entendê-los como grupos sociais detentores de um interesse em comum. Cada grupo Paresí possuía interesses próprios. Interesses estes que o historiador pode interpretar como políticos e sociais ainda que desta forma não fossem pensados pelos indígenas; ainda que os índios não se expressassem ou pensassem o mundo nestes termos.

Machado nos apresenta nesta passagem apenas dois grupos Paresí distintos, dentre outros que habitavam a região: os Wáimare e os Kaxíniti, que viviam dispersos em diversas aldeias localizadas em pontos diferentes de uma mesma zona geográfica. São grupos sociais que compartilhavam a vivência num mesmo espaço geográfico, que circulavam entre as variadas aldeias da região e que podiam apresentar características culturais semelhantes.

Grupos que conviviam entre si participando de cerimônias rituais e festas coletivas organizadas ocasionalmente de acordo com seus “calendários” – modos diferenciados de viver o tempo e de se utilizar socialmente deste de acordo com seus padrões culturais. Grupos indígenas que podiam ou não ter laços sociais constituídos por relações de matrimônio e parentesco, mas que mantinham cada qual suas “hierarquias” e “lideranças” internas, o que implica dizer que não necessariamente estabeleciam contatos com os agentes da Comissão Telegráfica motivados por interesses semelhantes.

Afirmar aqui que os índios Paresí eram também protagonistas no estabelecimento de contatos, e não meros coadjuvantes-passivos de um contato estabelecido pelos representantes do Estado brasileiro que adentravam suas terras “convidando-os fraternalmente” para a vivência conjunta, é uma maneira de direcionar o olhar para uma compreensão mais verossímil da realidade social daquela situação histórica, evitando uma naturalização de Rondon e sua equipe construtora de linhas telegráficas como os principais operadores do processo.

A menção que Machado faz à efervescência das descobertas e expansão dos seringais no estado do Mato Grosso que naquela conjuntura já participava do

mercado internacional da borracha nos dá a dimensão do contexto histórico da época e nos leva a relacionar o seu texto com o da pesquisadora Denise Portugal Lasmar:

Como [os agentes da Comissão] perceberam a necessidade da instalação de pontos de apoio que servissem como intermediários para resolver os problemas de transporte do material e de alimentação para as tropas, utilizaram, inicialmente, a infra-estrutura montada pela empresa de extração da borracha que se estendia pelas terras Paresi, cujos postos avançados tiveram papel importante, apoiando a expedição com suas tropas de burro, comida e hospedagem.³¹

É importante mencionar que a Comissão Telegráfica se utilizara de uma montagem infra-estrutural pré-existente na localidade. Os seringais se espalhavam de forma intensa pelas terras indígenas do noroeste do Mato Grosso na década inicial do século XX. Precedia o contato com os agentes das linhas telegráficas um modo de relacionamento estabelecido entre os grupos indígenas habitantes da região e a sociedade regional não-indígena.

Os índios Paresí já eram experientes no que diz respeito ao estabelecimento de relações com não-índios e em lidar com processos de ocupação/invasão de suas terras por agentes sociais vindos de fora. A população local não-indígena movida principalmente por interesses comerciais, econômicos e políticos empreenderia maneiras de se relacionar com os grupos Paresí da região cooptando-os para o trabalho nos seringais³².

Cabe atentar a três questões: 1) os agentes da Comissão Rondon se articulavam aos agentes da empresa extrativa da borracha a fim de se aproveitarem de uma infra-estrutura montada na localidade – ainda que rústica ou precária como é de se imaginar – para servir como postos intermediários de assistência e suporte da equipe telegráfica. Tal articulação de interesses entre a Comissão e os seringueiros – infiro aqui a existência de acordos estabelecidos entre chefes das expedições da Comissão e donos de seringais - nos fornece subterfúgios para pensar o processo de tomada de posse de terras habitadas por

³¹ LASMAR, Denise Portugal. **O acervo imagético da Comissão Rondon no Museu do Índio: 1890- 1938**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2008, pg.24.

³² “Empreender maneiras de se relacionar” é um eufemismo de minha parte e tal forma de se expressar não deve servir para omitir o provável cenário de violência configurado na região, visto que as relações entre os grupos indígenas e os proprietários de terras/donos de fazendas (seringueiros), os trabalhadores locais não-indígenas (seringalistas), e as autoridades públicas municipais e estaduais, eram em grande parte conflituosas.

índigenas através da atuação de distintos agentes sociais que representavam interesses particulares.

O interesse da Comissão residia na construção de unidades administrativas – as estações telegráficas – em pontos estratégicos da região noroeste do Mato Grosso a fim de tornar mais dinâmica a troca de informações entre o governo do Rio de Janeiro e regiões distantes da capital federal, situadas no interior do Brasil; processo empreendido por representantes do Estado.

O interesse da empresa extrativa residia na exploração de um recurso natural – o látex extraído de árvores específicas (as seringueiras), situadas dentro das terras indígenas Paresí - para a fabricação da borracha, produto de alto valor comercial no mercado internacional da época; empreendimento promovido por representantes da sociedade regional. Ainda que movidos por diferentes interesses, tais agentes se assemelhavam no que tange à apropriação de terras para fins estranhos às sociedades indígenas que as habitavam.

2) A constatação da existência de uma infra-estrutura montada no interior das terras Paresí, anterior à atuação da Comissão Telegráfica na região, nos habilita a questionar a idéia de “desbravamento dos sertões”³³ vinculada às ações capitaneadas pelo coronel Rondon, o que nos auxilia a visualizar e compreender os seus possíveis usos políticos. Desbravar um espaço geográfico tem o sentido de tirá-lo da condição de “bravo”, “selvagem”, “intocado”; possui também o sentido de descobrir e (re)conhecer o que ninguém (re)conhece. A criação desta imagem simbólica pelos agentes estatais oferece a possibilidade de imputar ao Estado republicano brasileiro o status de “descobridor”; e junto a este vem acoplado o status de “legítimo colonizador”.

Através da atuação local da equipe da Comissão Rondon, que agia em nome do governo do Rio de Janeiro, o Estado adquiria assim o status de “desbravador” do interior do Brasil. Através da ação estatal, o território nacional passava a ser descoberto pela sociedade nacional e revelado para outras regiões do país – principalmente seu centro político-administrativo -, como se aquela região interiorana apenas ganhasse vida, forma e existência a partir da presença do Estado.

³³ Sobre as características expedicionárias e desbravadoras da CLTEMGA ver obra citada de Antônio Carlos de Souza Lima.

Esta consideração acerca da divulgação dos feitos da Comissão e da perspectiva estatal que a informava traduz apenas uma versão bastante limitada dos fatos históricos. Refletir sobre as dinâmicas sociais próprias da região e os processos históricos constitutivos de sua formação, anteriores à intervenção dos agentes republicanos, possibilita compreender a questão sob uma perspectiva cultural e social mais abrangente. Para alargarmos nossa percepção quanto à história, a formação territorial e a configuração dos grupos sociais habitantes da zona noroeste do Mato Grosso, sobre os quais o Estado dizia ter pouco conhecimento, devemos atentar para esta dimensão da construção política de imagens simbólicas³⁴.

Utilizando-se politicamente desta imagem auto-concebida de desbravador de espaços geográficos e realidades sociais desconhecidas pela sociedade como um todo, o Estado se promovia a fim de propagandear com mais eficácia e legitimar perante a sociedade os objetivos a serem alcançados pela Comissão Rondon. O fato é que os grupos indígenas daquela região viviam à margem do Estado republicano e foi a partir da ação da Comissão Telegráfica que começaram a ser estabelecidos mecanismos de relacionamento.

Contudo, viver à margem do Estado não significa viver à margem da sociedade. O fato de o governo federal tê-los ignorado até então como grupos sociais existentes ou como objetos de interesse político não significava que os indígenas não estivessem imersos na sociedade regional e não possuíssem uma história própria. História construída através de ações históricas autônomas na convivência com outros agentes políticos – índios e não-índios – numa dinâmica social própria àquele espaço geográfico.

3) Data de um período histórico anterior aos empreendimentos colonizadores dos agentes republicanos na região, o envolvimento dos índios locais em relações de trabalho. Seria conveniente tecer algumas reflexões sobre o trabalho de indivíduos indígenas nos seringais; os índios podiam atuar como empregados remunerados das empresas extrativas ou mesmo sob condições análogas à escravidão. Não lhes era estranho, portanto, participarem de atividades produtivas alheias às necessidades dos grupos indígenas a que pertenciam.

³⁴ Sobre a importância da construção de símbolos nas disputas pelo imaginário popular na república ver obra citada de José Murilo de Carvalho.

No período de atuação efetiva da Comissão na região – o pós-1907 -, esta passaria a atrair os índios para trabalhar para o Estado, e contribuir no desenvolvimento regional, a fim de torná-los úteis para a nação e não apenas para os interesses particulares de regionais. Na tentativa de “elevar” os indígenas Paresí ao patamar de “trabalhadores nacionais” percebemos a necessidade política dos agentes do Estado em desvincular os nativos de um histórico de vivência de relações de trabalho que não diziam respeito às suas finalidades “tribais/tradicionais”.

Tratava-se de ignorar os indígenas enquanto trabalhadores num contexto regional para passar a imagem de que o Estado era o responsável por alçar os “selvagens” à condição de trabalhadores; condição esta que os encaminhava para a aquisição do status de “civilizados”. Os índios só poderiam ser considerados trabalhadores na medida em que estivessem trabalhando à serviço do estado nacional; nesta perspectiva apenas se tornavam trabalhadores de fato quando instituídos do adjetivo “nacionais”.

Incorporá-los nesta categoria de “trabalhadores nacionais” era uma maneira de incorporá-los à nação. Ao historiador cabe recuperar este passado de experiências indígenas desvinculado das ações de governo sobre os nativos a fim de atentar mais profundamente às particularidades das relações entre grupos indígenas e o Estado brasileiro.

Contra as precárias condições de trabalho e situação social vivida nos seringais pelos trabalhadores indígenas, a Comissão Telegráfica chamaria para si a responsabilidade de oferecer aos índios melhores condições de vida e trabalho, construindo em torno do órgão e de seus agentes, a imagem de defensores de uma “causa indígena”³⁵: os protetores dos índios. A invenção de uma causa indígena favorecia à própria construção de uma “causa indigenista”. A Comissão, ao longo do tempo, buscou convidar/cooptar (perspectiva estatal/perspectiva historiográfica) os índios Paresí da região para o trabalho na construção das linhas telegráficas e no entorno das estações telegráficas – sob os símbolos da “proteção” e da “convivência fraternal” - a fim de atraí-los para uma esfera de controle de onde o Estado poderia exercer com mais eficiência suas tarefas de governo.

³⁵ Sobre a construção governamental da causa indígena ver FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **Rondon: a construção do Brasil e a causa indígena**. Brasília: Abravídeo, 2009.

O termo “indigenista” remete à dimensão governamental que girava em torno das ações promovidas pela Comissão Rondon, que visavam criar uma aproximação com os índios, os envolvendo em relações de trabalho que tivessem o Estado brasileiro como mediador. A idéia de “defesa da causa indígena” faz parte da construção de um arsenal discursivo retórico-simbólico que tinha por finalidade criar uma imagem pública positiva em relação às práticas da Comissão e, por sua vez, do empreendimento colonizador da República dos Estados Unidos do Brasil. Simultaneamente buscava-se forjar uma associação entre os interesses políticos da Comissão e interesses próprios às sociedades indígenas. Ou seja, associar interesses indigenistas aos interesses indígenas, como se possuíssem algo em comum.

“O batismo do espaço e de todos os pontos importantes não é feito somente para ajudar uns e outros a se referenciar. Trata-se de uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do espaço”³⁶. Esta citação do geógrafo Paul Claval nos habilita a refletir sobre o processo inicial de formação do Território Indigenista Utiaruty como um processo simbólico-político. A intervenção do Estado brasileiro sobre as terras Paresí era, a um só tempo, simbólica e real. Para adentrarmos mais na discussão, analisemos a página seguinte à folha de rosto do citado relatório de Rondon, onde se encontra o índice da obra:

Introdução	p.5
Preliminares	p.9
De Cáceres à Matto Grosso	p.19
De Cuyabá à Diamantino	p.37
Juruena	p.41
Serra do Norte: Nos domínios parecis	p.73
Em território nhambiquara .	p.93
Volta da expedição	p.151 ³⁷

A apresentação do índice nos auxilia a visualizar as sucessivas etapas de trabalho da Comissão Rondon, o que nos remete às diferentes zonas geográficas percorridas, ao cotidiano do trabalho das equipes e também nos permite historicizar com mais prudência os contatos que iam se estabelecendo ao longo do

³⁶ CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999, pg. 189.

³⁷ RONDON, op.cit. A parte subsequente do índice diz respeito às explorações das regiões do entorno do Rio Madeira e foram aqui omitidas para fins de análise e por razões de ordem prática, já que são regiões de fronteira entre o sudoeste do Amazonas da época (atual Rondônia) e o noroeste do Mato Grosso. A pesquisa por mim empreendida trata mais especificamente da parte sul do noroeste do Mato Grosso.

tempo entre comunidades indígenas e os agentes estatais. A parte correspondente aos relatos sobre a Serra do Norte subdivide-se em três tópicos, dois dos quais assim intitulados: “Nos domínios parecis” e “Em território nhambiquara”.

Designando aquela área geográfica como domínio e território de grupos indígenas o que implicava em reconhecer que eram terras pertencentes aos índios, caberia aos agentes do Estado aplicar o projeto militar de territorialização a fim de submeter a área ao controle do governo central.

No que diz respeito às terras ocupadas, freqüentadas, habitadas e por onde circulavam grupos indígenas da etnia Paresí, podemos dizer que o processo inicial de formação do Território Utiarity se configuraria no período temporal que sucede o batismo do Salto Utiarity (cachoeira/queda d’água) em 1907 até a fundação da Estação Telegráfica Utiarity em 1909.

Na análise desta conjuntura histórica, a idéia de territorialização remete ao processo de transformação de territórios indígenas em território indigenista através do rebatismo de pontos estratégicos do espaço geográfico e da instalação de estações telegráficas na região “dominada” pelos Paresí. Desta maneira, podemos visualizar a região de Utiarity – localizada dentro das terras Paresí - se territorializando a partir da construção da estação telegráfica de Utiarity³⁸, inserindo-se a partir de então, no projeto colonizador e “civilizatório” promovido pelo Estado republicano.

O antropólogo João Pacheco de Oliveira, refletindo sobre a noção de territorialização, desta maneira a define:

Como argumentei anteriormente, ‘a atribuição a uma sociedade de uma base territorial fixa se constitui em um ponto-chave para a apreensão das mudanças por que ela passa, isso afetando profundamente o funcionamento das suas instituições e a significação de suas manifestações culturais’. Nesse sentido, a noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social (...)³⁹

Mais adiante o autor continua:

A dimensão estratégica para se pensar a incorporação de populações etnicamente diferenciadas dentro de um Estado-nação é, a meu ver, a territorial. Da

³⁸ Convém mencionar que a Estação de Utiarity foi a terceira criada dentro dos “domínios” Paresí. A sua criação foi antecedida pela construção da Estação Telegráfica Ponte de Pedra (1908) e da Estação Telegráfica Parecis (1908). Cf. MACHADO, op. cit.

³⁹ OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais.** Mana. Estudos de Antropologia Social, 4(1). Rio de Janeiro, 1998, pgs.54-55.

perspectiva das organizações estatais (...), administrar é realizar a gestão do território, é dividir a sua população em unidades geográficas menores e hierarquicamente relacionadas, definir limites e demarcar fronteiras. A noção de territorialização (...) é uma intervenção da esfera política que associa (...) um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados. (...)⁴⁰

Atribuir à sociedade indígena Paresí uma base territorial fixa era um dos propósitos da Comissão Rondon ao construir a estação telegráfica de Utiarity. O processo de territorialização em curso se configurava no incentivo e cooptação dos índios Paresí para participarem como trabalhadores na construção das linhas telegráficas e nas atividades que giravam em torno do funcionamento da unidade administrativa.

E não apenas por isso. Pois caso os índios não estivessem diretamente envolvidos no processo, o esforço de reordenação espacial e cultural empreendido pelos agentes militares, ainda assim, atingiria a área habitada por eles. O ato de territorializar deve aqui ser compreendido como um domínio colonizador.

Ainda que inicialmente a unidade geográfica que abrangia a estação telegráfica fosse de pequenas proporções e os índios que contribuíam para o desenvolvimento da região continuassem a morar em suas aldeias, ao longo dos anos a aproximação de grupos Paresí com o território indigenista em formação foi se tornando cada vez maior. Era objetivo político da equipe local da Comissão Rondon atrair os indígenas a fim de viabilizar a criação de vínculos dos nativos com a nova territorialidade imposta à região, ainda que não fosse prioridade absoluta sedentarizá-los no entorno.

O fato dos índios Paresí, que começavam a trabalhar nos serviços de Utiarity, aos poucos constituírem moradias junto com suas famílias em terrenos próximos da estação – produto da nova dinâmica territorial deflagrada a partir da instalação da unidade administrativa telegráfica – caracteriza um processo de reconfiguração sócio-cultural.

De qualquer forma, os Paresí atribuíam significados próprios à parceria/aliança que começavam a constituir com os agentes sociais externos, representantes de uma “entidade” designada como o “Governo do Rio de Janeiro”. Ao consentir – que seja ressaltada aqui a dimensão das negociações e acordos firmados entre lideranças indígenas locais e chefes da Comissão Rondon - e

⁴⁰ Idem, pgs.55-56.

contribuir para a passagem das linhas telegráficas pela região que habitavam, os Paresí eram regidos por interesses próprios.

Ao se deixarem atrair e aproximar daquela nova unidade territorial em construção – o Espaço Utiarity⁴¹ – os índios locais acabariam por se inserir – e simultaneamente ser inseridos - num processo cotidiano dinâmico e histórico de reorganização social.

Identifiquei dois tipos de processos de territorialização em curso e para fins metodológicos de análise seria conveniente separá-los: 1) territorialização de espaços geográficos; 2) territorialização dos grupos sociais habitantes de dado espaço geográfico⁴². Devemos sempre entendê-los como processos intrinsecamente relacionados, todavia podemos pensá-los em separado a fim de enxergar com maior nitidez seus pontos de tangência. Aplicando esse método interpretativo ao objeto do presente estudo e buscando associá-lo aos apontamentos teóricos feitos por Oliveira, inicio uma reflexão sobre a territorialização do Espaço Utiarity.

⁴¹ Por Espaço Utiarity estamos designando a nova territorialidade administrativa imposta através da instalação da estação telegráfica e da construção de casas para a moradia dos agentes da Comissão Rondon. Busco com isto enfatizar que a totalidade maior do espaço geográfico onde estava inserida a estação telegráfica de Utiarity já era povoada pelos índios Paresí anteriormente à presença dos agentes estatais na região.

⁴² Convém dizer que neste capítulo será priorizado o debate sobre o primeiro tópico. O segundo tópico – a territorialização dos grupos sociais - será desenvolvido nos capítulos seguintes da dissertação onde serão trabalhados e relacionados com maior profundidade os temas da territorialização, nacionalização e formações identitárias. Principalmente no que diz respeito à discussão da questão do território ser constitutiva da identidade de uma população.

2.2

Da Instalação da Estação Telegráfica Utiarity à Fundação da Inspeção Indigenista do SPILTIN para o Estado de Mato Grosso (1909-1911)

Entendemos a estação telegráfica de Utiarity - localizada na parte sul da região noroeste do Mato Grosso - como uma unidade administrativa estatal territorializadora. E, como tal, uma unidade local de ação estatal responsável por – e simultaneamente parte de - um processo histórico de composição de um território indigenista. Quando identificamos uma unidade administrativa como uma unidade territorializadora, estamos nos referindo ao processo de territorialização do espaço geográfico empreendido por esta, sem deixar de atentar às implicações sociais e culturais oriundas desta intervenção de ordem política.

No caso deste estudo, por territorialização entendemos o processo de transformação de territórios étnicos em territórios estatais, ou seja, a tomada de posse, por agentes representantes do Estado brasileiro, de espaços geográficos habitados por grupos indígenas, frequentados cotidianamente pelas sociedades nativas.

A Estação Telegráfica⁴³ Utiarity constitui um espaço territorializado pelo Estado. A zona geográfica ocupada pela mencionada unidade administrativa, a partir desta perspectiva, pode ser entendida como uma área de colonização estatal, o que nos sugere a idéia de formação de uma situação colonial.

Um plano de governo do Estado-nação sobre populações indígenas não pode ser dissociado do planejamento político de colonização e povoamento dos espaços geográficos do interior do Brasil⁴⁴ – país construindo-se enquanto Estado

⁴³ Devemos entender uma estação telegráfica enquanto um espaço administrativo que ocupava um terreno demarcado pelos indigenistas. Ainda que não delimitado oficialmente, o terreno devia ter marcos concretos fincados ao chão – como por exemplo pedras e cercas – que fossem identificáveis como limites físicos do espaço, ainda que tais limites pudessem estar em expansão contínua. A casa-sede da estação abrigava os aparelhos de telégrafo e era apenas uma entre outras edificações construídas naquele espaço administrativo. Ver anexos 4 e 5.

⁴⁴ A relação aqui construída entre “grupos indígenas” e o espaço geográfico do “interior do Brasil”, diz respeito às especificidades do recorte espacial da dissertação: a zona norte do estado do Mato Grosso, atual estado do Mato Grosso (a zona sul do estado do Mato Grosso de então, corresponde ao atual estado do Mato Grosso do Sul, até 1976, ano de sua fundação). Porém mais do que sinalizar as diferenças entre a zona norte e zona sul do estado do Mato Grosso de então, esta ressalva serve para sinalizar que indivíduos indígenas também habitavam, frequentavam e circulavam pelos municípios regionais e cidades brasileiras economicamente mais desenvolvidas, populosas e “civilizadas” da época. Refletir sobre sociedades indígenas apenas como habitantes das florestas e matas brasileiras, tanto no passado quanto no presente, – lugar-comum de pensamento na sociedade contemporânea – é uma maneira de omitir historiograficamente a

republicano e consolidando-se, pela conquista interna de territórios e proteção de suas fronteiras internacionais, enquanto nação soberana.

Em que medida podemos pensar a organização da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas e suas práticas – por exemplo, a fundação de estações telegráficas - enquanto um plano de governo indigenista sobre os índios? Mesmo antes da existência de um órgão indigenista oficial, há muito o Estado republicano vinha lidando oficialmente com populações indígenas através da atuação das comissões telegráficas, cujas composições para o estado do Mato Grosso remetem ao ano de 1890.

A “Comissão Gomes Carneiro” e as duas “Comissões Rondon” não foram pensadas para governar os índios, mas inevitavelmente tiveram que dedicar grande parte de seu tempo à negociação para a construção de estações telegráficas em terras habitadas por grupos indígenas. Ao longo do tempo, tal função de estabelecer contatos, firmar acordos e consolidar pactos com indígenas tornou-se inerente à atuação das equipes construtoras das linhas telegráficas. Pelo fato do governo federal saber da presença de populações indígenas nas regiões sobre a qual interviria politicamente, a fim de integrar o seu sistema de comunicação telegráfica, foram criados mecanismos estratégicos para a incorporação dos grupos étnicos indígenas ao Estado-nação.

A estratégia consistia em incorporá-los ao território que seria criado dentro de suas terras o que viabilizaria uma gestão mais eficiente tanto da nova territorialidade quanto da população nativa⁴⁵. Assim estabelecer-se-iam as estações telegráficas⁴⁶ nas localidades e a gestão administrativa destas unidades criariam as condições políticas e as aproximações culturais que dariam origem a um determinado modo de relacionamento oficial entre índios e agentes estatais.

presença de tais sujeitos históricos nos processos sociais constitutivos da formação da sociedade brasileira.

⁴⁵ Dentro de uma perspectiva estatal a incorporação de territórios indígenas ao território nacional pode ser entendida como um projeto de médio prazo e de mais fácil execução, o que difere de uma tentativa de incorporação dos índios à sociedade nacional que pode ser entendida como um projeto de longo prazo de execução mais lenta. Dentro de uma perspectiva historiográfico-social e diferentemente daqueles agentes sociais, devemos entender os índios como sempre inseridos na sociedade, nunca como grupos situados fora desta.

⁴⁶ Entenda-se por estações telegráficas as territorialidades específicas construídas pela Comissão Rondon, no que diz respeito à abrangência geográfica do ordenamento territorial imposto pelo chefe militar Rondon dentro de territórios étnico-indígenas.

Os agentes da CLTEGGA, baseados em pressupostos positivistas ancorados a um ideário republicano, movidos por princípios de não-agressão e visando evitar a deflagração de conflitos, buscavam uma convivência política e cultural com a finalidade de tornar o índio participativo e útil para o Estado. Viabilizar-se-ia assim a concretização do planejamento estatal de construção estratégica das linhas e estações telegráficas, onde as equipes da Comissão atuariam no sentido de forjar novos modelos de relacionamento com grupos indígenas.

É preciso considerar que os índios forneciam respostas próprias a estes novos modelos; elaboravam à sua maneira novas formas de responder às intervenções governamentais. Na percepção da dinâmica social em curso, dentro das perspectivas de seus próprios pressupostos culturais, os índios reorganizavam-se autonomamente, pois apesar de serem objetos político-administrativos – assim como o são quaisquer grupos sociais governados por um Estado - eram também sujeitos históricos dotados do poder de escolha e responsáveis por tomadas de decisões autônomas.

Para me auxiliar no desenvolvimento da idéia de territorialização, cito reflexões teóricas tecidas pelo geógrafo Paul Claval sobre processos de apropriação e marcação do espaço:

O espaço onde se desenvolve a vida social cessa de ser *res nullius*. De início, o grupo apropria-se coletivamente. Logo que anexe um território inabitado ou pretensamente vazio, seus representantes organizam uma cerimônia, erguem pela primeira vez as cores nacionais e erigem um monumento, não importa quão modesto seja – frequentemente um simples marco de pedra -, para marcar sua passagem, solenizar o acontecimento e atestá-lo face a eventuais contestações. Num espaço povoado, a tomada de posse exprime-se pela delimitação de fronteiras e pela multiplicação de marcas que lembram a identidade comum (...). É como se reescrevesse em toda parte a mesma proclamação de pertinência. Ao lado da apropriação coletiva de um território para se fazer um Estado, coloca-se o problema da apropriação de tal ou qual parcela de terra utilizada pelos indivíduos. A tomada de posse corresponde a uma lógica simbólica e a uma lógica utilitária, da valorização e organização das terras.⁴⁷

Na perspectiva do estado-nação, territorializar um espaço geográfico significa medir sua extensão e demarcar seus limites físicos, fincando marcos concretos nas terras. Em suma, transformar um espaço físico em território. E mais do que isso. O território assume uma significação especial no estado nacional

⁴⁷ CLAVAL, Paul. op. cit., pgs. 216-217.

estruturado em moldes republicanos: a sujeição ao governo federal passava pela vinculação da população regional ao território nacional.

No caso da Comissão Rondon a questão da marcação do espaço através de objetos e símbolos concretos tem função estratégica além de simbólica, já que um de seus objetivos principais era constituir presença física em zonas de fronteira internacional. O objetivo era mostrar aos agentes sociais – grupos estrangeiros ou regionais - que transitavam entre as áreas de fronteira, que aquela zona geográfica pertencia ao Brasil; afirmar aquele espaço como território brasileiro, ainda que a transformação política e cultural daquela área geográfica em território nacional fosse um projeto em curso. Este projeto político em andamento é o próprio processo de territorialização empreendido cotidianamente pelo Estado, forjando e reescrevendo sempre que possível uma identidade nacional para aquelas terras de fronteira.

A apropriação do espaço territorializado – a criação e tomada de posse de Utiarity - segundo uma perspectiva estatal, se daria pela construção de uma sede administrativa e de casas utilizadas para variados fins – moradia, depósito, armazém – sendo dispostas de maneira estratégica no espaço. Para fins de governo e administração buscar-se-ia conceder à área geográfica uma feição específica que acabava por reproduzir as características de percepção do grupo social sobre o espaço. Isto implicava num ordenamento territorial orientado pelos pressupostos culturais e finalidades políticas dos agentes estatais da Comissão Rondon.

Os grupos indígenas Paresí certamente não compartilhavam a percepção de espaço expresso na organização da nova unidade territorial que se fazia cada dia mais presente em suas terras. No entanto, frequentar constantemente o Espaço Utiarity poderia promover mudanças na concepção espacial dos indígenas; estes poderiam agregar às concepções do espaço geográfico, próprias às suas culturas, novos significados, a partir da vivência cotidiana naquela nova territorialidade.

O Território Indigenista Utiarity era construído tendo por referência padrões culturais distintos dos padrões referenciais indígenas. Os princípios ordenadores da organização espacial e territorial das aldeias indígenas Paresí

tinham como base seus mitos⁴⁸. Os mitos construía as relações dos índios com as terras que habitavam. Vivenciar uma experiência social nova no território construído pela Comissão Rondon poderia levar os índios a atribuir novos significados aos seus mitos, reelaborando-os. O que devemos considerar é que os grupos Paresí atribuía ao Espaço Utiarity significados alheios àqueles imaginados pelos membros da Comissão, fazendo um uso próprio daquela região territorializada.

A percepção de que Utiarity era um espaço geográfico que estava sendo criado e rebatizado pelos agentes da Comissão Rondon, interpretados nesta dissertação como agentes do Estado, nos auxilia a enxergar que esta ação de renomear tinha por finalidade sinalizar o nascimento/surgimento de uma nova territorialidade para a nação brasileira⁴⁹. Naquela zona geográfica sendo forjada enquanto um espaço denominado Utiarity seria construída uma unidade administrativa. A instalação da Estação Telegráfica Utiarity no mês de abril de 1909 sinalizava o objetivo do Estado em fazer-se definitivamente presente naquela região; a casa-sede erigida na localidade se apresentava como um marco concreto de ocupação, tomada de posse e apropriação do espaço pelo Estado.

Por estação telegráfica devemos entender não apenas a existência concreta de uma casa-sede administrativa, mas toda a área do seu entorno: o espaço geográfico onde se planejava promover um desenvolvimento infra-estrutural a fim de criar as condições que viabilizassem um funcionamento eficiente dos serviços telegráficos.

Por infra-estrutura devemos entender a construção de casas rústicas com outras finalidades – moradias para a equipe local de trabalho (índios e não-índios), armazéns e depósitos (para guardar mercadorias, ferramentas e mantimentos) – assim como a abertura de picadas/caminhos para a interligação entre diferentes localidades, para exploração de terrenos pouco conhecidos pelas equipes da

⁴⁸ Ver obra citada de Maria Fátima Roberto Machado.

⁴⁹ O que tento desvelar aqui é a ótica estatal sob a qual estava sendo compreendido aquele processo de territorialização. Quero reforçar a idéia de que o Estado reivindicava para si o protagonismo na construção da nação buscando atrelar cotidianamente a idéia de Estado à idéia de nação fortalecendo e solidificando a imagem de um estado-nação.

A ótica historiográfica sobre a situação estudada e a ótica dos grupos históricos Paresí envolvidos no processo de transformação de suas terras em territórios indigenistas diferem da perspectiva do Estado. Busco deixar isto explícito para que não se pense que o historiador esteja a naturalizar o ponto de vista estatal, o que implicaria no empobrecimento do estudo e no equívoco das interpretações.

Comissão ou para a própria instalação dos postes que sustentavam as linhas telegráficas.

A estação de Utiarity entendida enquanto um território se deve ao fato do Estado brasileiro – por meio dos agentes locais da Comissão Rondon que o representavam – estar se fazendo cotidianamente cada vez mais presente naquela zona geográfica. Utiarity enquanto um território indigenista deve ser entendido pelo fato de grupos indígenas locais – principalmente os Paresí, levando em conta todos os sub-grupos que compunham esta etnia – se encontrarem envolvidos nos trabalhos de desenvolvimento regional proposto pela Comissão Telegráfica, participando ativamente da colonização do espaço, num ambiente em que os agentes do Estado acreditavam firmemente estarem atuando enquanto mediadores entre a nação e os índios.

É importante não perdermos de vista a dimensão de que os indígenas Paresí não somente se encontravam envolvidos, mas circunstancialmente optaram por se envolver: canalizando o olhar sobre a história nesta direção, podemos percebê-los enquanto sujeitos históricos, ativos, participativos e autônomos em suas escolhas.

Entre a fundação da estação e a instalação de uma inspetoria do SPILTN na mesma região decorreriam mais de dois anos e significativas seriam as transformações pelas quais passariam esta zona geográfica transformada em um novo território regional – agora parte integrante do “território nacional” - e os grupos indígenas participantes deste processo de territorialização. O Posto Indígena Utiarity – fundado após o estabelecimento da nova inspetoria indigenista - seria criado para atender as particularidades das relações desenvolvidas a partir do envolvimento inevitável – e desejável pelo Estado - dos membros da equipe local da CLTEMGA com os agentes sociais Paresí.

Um dos motivos da sua criação também se deve a necessidade de dar maior suporte administrativo à estação e continuidade ao desenvolvimento do território recém-criado, através da colonização agrária e populacional da sociedade regional indígena e não-indígena. Esta situação histórica inicialmente modelada a partir da fundação da unidade telegráfica e dos processos de reorganização social e territorial que tomaram forma com o início de seu funcionamento seria consolidada com a instalação de um posto indígena na

região; o território indigenista em composição ganharia assim mais força e legitimidade.

Aos sete dias do mez de Setembro de mil novecentos e onze, nonagésimo da Independência e vigésimo terceiro da República, na cidade de Cuyabá, Capital do Estado de Matto Grosso, estando presentes o Excelentíssimo Senhor Doutor Joaquim Augusto da Costa Marques, Presidente do Estado e demais pessoas abaixo assignadas, teve lugar com o exercício do respectivo Inspector, o Capitão de Engenharia Renato Barbosa Rodrigues Pereira, a instalação solemne da Inspectoria do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais do Estado de Matto Grosso para dar cumprimento, neste trecho do território pátrio, aos dispositivos regulamentares do decreto numero oito mil setenta e dois, de vinte de junho do anno próximo passado, a que acompanha a exposição de motivos apresentada ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nilo Peçanha, nessa época, Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil, pelo Excelentíssimo Senhor Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda, então Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, conforme a publicação inscrita no Diario Official de vinte e seis desse último mez e anno.

Por determinação do Senhor Director Geral, o Tenente Coronel de Engenharia Candido Mariano da Silva Rondon, foi escolhido o glorioso dia que hoje passa, data do festejado natal da Pátria, para ser o da instalação solemne da referida Inspectoria, como um eloqüente testemunho da mais viva homenagem ao sábio patriarcha da Independência, o venerando José Bonifácio de Andrada e Silva, cujo espírito de estadista, apanhando em largo descortino o conjuncto da situação social brasileira, lançou os fundamentos positivos da Pátria bem amada e indicou superiormente a solução do magno problema da nacionalidade, pela incorporação do indígena e pela emancipação do trabalhador nacional.⁵⁰

Está acima transcrita a primeira página da Ata da instalação da Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais do Estado de Mato Grosso. Exatamente um ano após a solenidade de inauguração do órgão indigenista oficial da República - o SPILTN – aconteceria esta outra cerimônia solene, que daria vida à Inspetoria indigenista do Estado de Mato Grosso. Convém mencionar que as inspetorias do SPILTN começariam a ser criadas e estrategicamente dispostas no território nacional após o dia 20 de junho de 1910, dia oficial de fundação do Serviço. Entretanto teria sido o sete de setembro de 1910, aniversário da independência política do Brasil, a data simbólica escolhida para a realização do evento solene de inauguração do órgão.

A figura política de José Bonifácio, evocada nas duas solenidades, é muito importante e significativa para os agentes sociais da época envolvidos em formular projetos de política de Estado a serem aplicados às populações indígenas no Brasil, principalmente no que diz respeito ao “espírito de estadista” que

⁵⁰ Setor de Arquivos/Museu do Índio/FUNAI. Microfilme 217. Fotograma 1733.

deveria ser incorporado pelos agentes que decidiam se envolver com tais questões. Os grupos comprometidos com o processo político que culminou na criação do SPILTN remetiam à figura do “sábio patriarca da independência” a fim de sinalizar que as diretrizes políticas que orientariam o órgão recém-criado, eram inspiradas, entre outros ideários, por seu célebre e reverenciado projeto de governo sobre os índios: “Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil” de 1823.⁵¹

Subordinados à Inspeção indigenista do Mato Grosso se encontrariam todos os postos indígenas a serem criados no estado dali pra frente. Dito isto, podemos afirmar que o posto indígena de Utiarity, situado no noroeste do estado, região onde a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas atuava há quatro anos, fora criado no período pós-setembro de 1911 sob a chancela da mencionada inspeção.

No entanto, convém mencionar que no imediato pós-setembro de 1911 - os meses subsequentes à instalação da inspeção regional - seriam fundados postos indígenas principalmente na zona sul do estado (atual Mato Grosso do Sul) e não na zona norte (atual Mato Grosso, recorte espacial da dissertação). Ao longo do processo de estruturação da recém-criada inspeção, a fundação de suas unidades locais de ação concentrou-se inicialmente no sul do Mato Grosso onde havia atuado, entre os anos de 1900 e 1906, a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas do Mato Grosso (1ª Comissão Rondon).

Pode-nos ser útil citar um fragmento de texto informativo produzido em janeiro de 1911, portanto, expressivo de um período bastante próximo da fundação do SPILTN e anterior à fundação da Inspeção indigenista do Mato Grosso. Este “relatório”, de autoria de Adriano Metello – membro da Comissão Rondon atuante na região sul do Mato Grosso da época e futuro inspetor

⁵¹ Inclusive, o neto de José Bonifácio, que exercia o cargo de deputado à época da criação do órgão indigenista, havia sido convidado e estava presente na solenidade de inauguração do SPILTN em 1910; tal fato atesta a importância atribuída à necessidade de criação de marcos simbólicos pelos fundadores do Serviço – notadamente seu Diretor Geral, Candido Rondon -, emprestando-lhe um caráter patriótico e nacionalista, que garantisse respaldo e legitimidade perante o Estado. Esta prática de fabricação e manipulação de símbolos seria uma constante na atuação do Serviço. A presença do neto de Bonifácio, de fato, era apenas simbólica, pois não consta na bibliografia e nos documentos consultados, que este deputado possuísse qualquer envolvimento com questões que diziam respeito ao tratamento político a ser dado aos povos indígenas. Sobre os “Apontamentos” de José Bonifácio ver CALDEIRA, Jorge. **José Bonifácio de Andrada e Silva**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

indigenista de todo o estado –, pode nos ajudar a elucidar o processo que culminaria na estruturação da inspetoria, assim como pode nos auxiliar a melhor compreender as articulações regionalmente construídas entre as equipes das Comissões Rondon e os agentes locais do SPILTN.

Informações para o Serviço de Proteção aos Índios no Sul do Estado de Matto Grosso.

A parte Sul de Mato Grosso sob o ponto de vista deste serviço pode ser dividida em duas zonas a saber: a bacia do Paraguay e a bacia do Paraná.

Na primeira povoada a mais tempo os indígenas maior contacto tiveram com os civilizados e por conseguinte mais adiantados se acham, posto que também mais viciados.

Pertencem a esta bacia os terenos, os cadiués, ou guaicurus e indivíduos restantes de nações já extintas como os quinquináus, guanás e laianos.

Nesta zona, a mais conhecida da parte Sul de Matto Grosso, o serviço limita-se a protecção dos mesmos. Os cadiués já possuem terrenos demarcados, na extensão de mais ou menos cinquenta léguas quadradas situadas nas fraldas da Serra da Bodoquena ao poente e nos pantanaes que a estas se sucedem até o rio Nabiléque. É a Nação Brasileira devedora a estes indivíduos de inestimáveis serviços pois a elles deve-se o não terem os hespanhoes nos tempos coloniaes transposto os nossos actuaes limites com o Paraguay.

Não fôra a resistência heróica dos valentes payaguás com as suas audaciosas abordagens ás embarcações hespanholas que por mais de uma vez tentaram subir o rio Paraguay e hoje não se contariam debaixo do pavilhão nacional essas campinas de tão risonho futuro. Não é grande favor o que a Nação lhes fez em conceder-lhes esses terrenos, mas sim é o saldo de uma grande dívida, pois antes já elles lhe haviam dado territórios em maior extensão; isto reza a História.

Os terenos, como bem sabeis, também já possuem dois lotes de terras, medidos e demarcados pelo Excelentíssimo Senhor Coronel Rondon, quando procedia à construcção das linhas telegráficas do Sul do Estado.⁵²

Como dito, este conjunto de informações redigidas por um membro da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas e direcionadas ao SPILTN, nos remete aos processos iniciais de estruturação regional do órgão indigenista, da mesma maneira como nos remete às tarefas desempenhadas pela Comissão – demarcação de terras, “protecção” de índios - que deveriam passar a ser de conhecimento dos agentes do SPILTN e que funcionariam como orientadoras dos trabalhos a serem desenvolvidos na região.

A 1ª Comissão Rondon, mencionada por Adriano Metello, atuou na região sudoeste do Mato Grosso entre os anos de 1900 e 1906. A 2ª Comissão Rondon atuara - simultaneamente à estruturação da Inspeção indigenista regional do Mato Grosso – na região noroeste do estado no período 1907-1915. Conquanto

⁵² Setor de Arquivos/Museu do Índio/FUNAI. Microfilme 217. Fotograma 1751-1752.

estas duas comissões distintas possam ser entendidas como “A Comissão Rondon”(CR), pelo fato de terem sido chefiadas pela mesma personagem – o militar Candido Rondon – cabe ao historiador reforçar as suas diferenças e peculiaridades – dentro de suas similaridades – a fim de chamar atenção para os distintos contextos históricos sob os quais a 1ª CR e a 2ª CR funcionaram, o que implicava na formação de situações históricas diferenciadas.

Por similaridades deve-se entender a função estratégica desempenhada pelas comissões telegráficas: a guarda e vigilância de zonas de fronteira. Um dos objetivos políticos fundamentais de sua criação era a de tornar o Estado brasileiro presente e atuante em regiões de fronteira internacional.

Não por acaso são mencionadas – de forma leviana, romântica e retórica – as “heróicas” ações indígenas que supostamente teriam funcionado como uma proteção de fronteiras, impedindo de ter sido transformado em território colonial espanhol, o que era então território colonial português. Seguindo essa linha de raciocínio indigenista, o que seria, e era então, território brasileiro – parte integrante do “pavilhão nacional” – só não teria sido transformado em território paraguaio graças à defesa da região pelos indígenas.

Este discurso estruturado por meio de uma sobreposição desconexa de distintos tempos históricos pode ser considerado como lugar-comum de pensamento dos agentes responsáveis por formular políticas de Estado para os grupos indígenas. Narrativas como esta tinham por objetivo ressaltar o caráter nacionalista do indigenismo associando retoricamente ações indígenas – pretéritas - ao interesse nacional, antes mesmo da existência do Brasil enquanto nação.

Evocando a história, ou, melhor dizendo, uma visão indigenista sobre a história, como fonte legitimadora da proteção a ser dada aos povos nativos o informante acabava por inventar uma justificativa que dava suporte à idéia de uma dívida da nação perante os índios. Assim se tornava um dever cívico-patriótico do Estado brasileiro conceder terras aos grupos indígenas como uma forma de compensação histórica.

O que nos chama atenção no discurso é o quanto está impregnado da idéia de proteção e a maneira pela qual ela é entendida e manipulada num contexto regional, passados poucos meses da fundação oficial do SPILTIN na distante capital da República. A política da “proteção” aparece como uma atividade

inerente às ações pretéritas e coetâneas da Comissão Rondon. A “proteção” não aparece apenas como uma idéia relacionada ao amparo a ser dado aos indivíduos e grupos indígenas, mas também está intrinsecamente ligada ao resguardo de suas terras. Na perspectiva estatal a forma mais eficiente de intervir sobre os índios seria promovendo a “proteção” das terras indígenas⁵³.

O Estado brasileiro – através de seus agentes – passaria a se dedicar à criação de mecanismos discursivos, jurídicos, políticos e administrativos que teriam por finalidade fabricar uma concepção de terras indígenas como terras devolutas; terras desocupadas, sem dono, sem títulos de posse. Tratava-se de enquadrar terras-moradia de grupos indígenas em uma categoria administrativa estatal.

Ainda que o Estado reconhecesse os vínculos dos grupos indígenas com as terras que eram de fato por estes ocupadas - espaços geográficos com os quais os índios tinham relações historicamente construídas ao longo do tempo -, não lhes era reconhecida a posse dos terrenos. Mesmo porque para o reconhecimento da posse de determinado terreno, o Estado deveria promover a sua medição e demarcação por meio de seus parâmetros administrativos, que certamente se distinguiam dos parâmetros indígenas de concepção da extensão das terras por eles habitadas.

Começavam a ser empreendidos esforços na criação de mecanismos políticos capazes de promover a transformação de territórios indígenas em territórios pertencentes ao governo federal. Tais esforços permitiam as autoridades representantes do Estado – no caso, o Coronel Rondon e seus subordinados locais, como Adriano Metello - se apresentarem discursivamente sob o status de benevolentes.

Benevolência esta, representativa de uma maneira hierarquizada de compreender o mundo, o país, as instituições e a sociedade; representativa, sobretudo, da visão estatal de nação. Os agentes indigenistas atribuíam a si mesmo um caráter paternalista e protetor assumindo uma postura hierárquica superior

⁵³ Para uma postura interpretativa crítica em relação à idéia de proteção devemos “(...) ultrapassar um obstáculo fundamental ao conhecimento, abdicando de toda a ilusão de que um desejo humanitarista protetivo encontra-se nos alicerces da ação inaugurada em 1910 face aos povos indígenas.” LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Um Grande Cerco de Paz: Poder Tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1995, p. 61.

frente aos índios, impondo uma suposta supremacia do Estado perante os grupos contatados. Desta forma o governo adquiria um status de benevolente, se auto-concebendo como o verdadeiro responsável pela proteção aos índios já que detinha para si o poder de conceder terras aos grupos nativos; ainda que estas mesmas terras sempre tivessem sido habitadas por índios. A proteção das terras supostamente garantiria a proteção das comunidades indígenas.

Os índios e suas terras passavam a ser categorizados em normas, leis e regulamentos orientadores do funcionamento administrativo do estado nacional, empenhado em sua tarefa, dentre outras, de organizar o mercado de terras local. Os agentes da Comissão - que em alguns casos se tornariam também agentes do SPILTN⁵⁴ - atuantes na região, regidos por uma visão estatal de mundo, arbitrariamente desrespeitavam as configurações sociais e territoriais existentes naquele espaço geográfico. As práticas políticas estratégicas inerentes ao exercício de suas funções lhes faziam propositadamente ignorar os modos regionais particulares e diferenciados de organização sócio-espacial que antecediam a presença do Estado naquelas localidades.

O ato político de concessão de terrenos é assim interpretado por Metello como uma ação benevolente; é uma dívida do Estado perante as populações indígenas. O quanto não está carregado deste sentido de benevolência o discurso de Metello ao mencionar as ações de medição e demarcação de terras para os índios, realizadas por Rondon, em meio ao processo de construção de linhas telegráficas? O quanto não é interpretado como generoso o próprio ato de medir e demarcar terras?

Sob as máscaras da benevolência e generosidade, os agentes estatais demarcavam terras para o próprio Estado brasileiro e não para os índios como a representação discursiva nos faz enxergar. Contudo, se compreendermos a demarcação de terras para o Estado como também uma demarcação de terras para os índios, podemos entender este processo como uma tentativa de incorporação das terras indígenas ao território nacional; e com isto se torna mais claro o

⁵⁴ Oficiais militares foram deslocados da Comissão Rondon para o SPILTN no período entre junho de 1910 (data da criação do Serviço) e novembro de 1911 (data de documento do ministro da Guerra solicitando o retorno dos oficiais militares, dispersos em vários órgãos estatais, aos serviços daquele ministério). Ver obra citada de Antônio Carlos de Souza Lima.

processo histórico - em curso - de territorialização estatal-indigenista do espaço geográfico.

2.3 Da Fundação da Inspeção à Instalação do Posto Indígena Utiarity (1911- 1915)

No que diz respeito às diferenças dos períodos e das condições históricas sob as quais ocorreram as atividades das duas Comissões rondonianas, nos cabe reforçar a simultaneidade entre a atuação da 2ª Comissão e a atuação da Inspeção indigenista do Mato Grosso⁵⁵, principalmente no que tange à fundação e administração simultânea de estações telegráficas e postos indígenas na região noroeste do estado.

Algumas indagações: Em todos os terrenos territorializados por Rondon e suas equipes, através da instalação de estações telegráficas, também teriam sido instalados postos indígenas? Quais as especificidades que distinguiriam o território indigenista onde funcionava uma estação telegráfica quando a este se incorporava um posto do SPILTN? Uma tentativa de resposta a estas questões nos leva a tecer uma história das articulações institucionais entre a Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMGA) e o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) no âmbito regional.

Um dos principais idealizadores de ambos os projetos, a saber, a instalação de estações telegráficas e de postos indígenas no interior da região noroeste do Mato Grosso, é o engenheiro militar Cândido Rondon, homem de Estado, que exercia o cargo de chefia tanto da Comissão Rondon (CR) quanto do SPILTN no contexto de sua organização inicial enquanto nova instituição federal.

No comando do processo de espacialização das unidades locais de ação indigenista, Rondon baseou a montagem da estrutura administrativa do SPILTN no Mato Grosso utilizando-se da infraestrutura originada do processo de ocupação de terras realizado pela CLTEMGA, estabelecendo nestas mesmas áreas as bases de operação dos postos indígenas. Este panorama situa o início de um processo de articulações historicamente construídas entre estes dois órgãos federais.

É no desempenho dos trabalhadores e encarregados locais das unidades telegráficas sob a administração da Comissão Rondon que a política de não-

⁵⁵ Lembre-mo-nos que na época de atuação da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas do Mato Grosso (1ª Comissão Rondon) a agência oficial indigenista – o SPILTN – ainda não havia sido criada.

agressão aos índios, idealizada pelo major Gomes Carneiro e propugnada pelo coronel Rondon, começa a se transfigurar numa política de proteção, se transformando num modelo estatal historicamente novo de tratamento político de grupos indígenas⁵⁶. A experiência regional dos trabalhos realizados junto a algumas populações indígenas habitantes do Mato Grosso ganharia notoriedade e respaldo político.

Uma vez vista de maneira positiva por vários setores das camadas dirigentes, a experiência indigenista no Mato Grosso viria a ser compreendida como experiência adquirida capaz de fornecer diretrizes para a elaboração de políticas de Estado com o potencial de serem estendidas para o âmbito nacional através das inspetorias regionais do SPILTN. Remetemo-nos aqui a todo um processo de construção de um saber indigenista, calcado em princípios republicanos e positivistas, iniciado no ano de 1890 pela “Comissão Gomes Carneiro” e continuado pelas duas “Comissões Rondon”⁵⁷.

O tenente-coronel Rondon encontrava-se na época inicial de estruturação do órgão indigenista oficial muito mais comprometido com os trabalhos da Comissão do que com os trabalhos do Serviço. A opção política tomada pelo ministro da agricultura Rodolfo Miranda, um dos principais responsáveis pela

⁵⁶ A associação historiográfica entre Gomes Carneiro e Cândido Rondon ajuda a desmitificar o “mito Rondon”: Rondon não é o criador de uma maneira humanista/humanitária de tratar os índios, mas o continuador de uma estratégia específica de governo sobre as sociedades indígenas. Todavia, é conveniente dizer que esta visão estratégica estava ancorada numa postura contrária às políticas de extermínio defendidas por outros setores sociais no início do século XX. Para um aprofundamento sobre a questão da criação do “mito Rondon” ver LIMA, Antônio Carlos de Souza. **O Santo Soldado: Pacificador, bandeirante, amansador de índios, civilizador dos sertões, apóstolo da humanidade. Uma leitura de Rondon conta sua vida, de Esther de Viveiros**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social: Rio de Janeiro, 1990.

Gomes Carneiro havia solicitado à Benjamin Constant – chefe militar positivista que exerceu grande influência política na estruturação do regime republicano - a indicação de um jovem da Escola Militar para auxiliá-lo nos trabalhos da Comissão que comandaria. Benjamin Constant indicou seu aluno Cândido Rondon para participar da Comissão responsável pela construção das linhas telegráficas que interligariam Cuiabá ao Araguaia, atuante no período de 1890 a 1891. A percepção, por parte de Gomes Carneiro, que Rondon desempenhava um trabalho de destaque nos serviços das linhas telegráficas explica o processo político e institucional que alçaria o jovem engenheiro militar como liderança capaz de suceder o major no comando das outras expedições que circunstancialmente viriam a ocorrer. Ver obra citada de Denise Portugal Lasmar.

⁵⁷ Esta separação que promovo entre a primeira comissão de construção de linhas telegráficas na região de Mato Grosso e as outras duas que lhe sucederam é proposital; tem a intenção de contribuir para a desconstrução do “mito Rondon”, a fim de atribuir às ações desta personalidade suas características históricas e políticas que se perdem a cada (re)atualização do discurso mítico em torno de sua pessoa. Neste sentido busco desvincular a expressão “Comissão Rondon”, que busca designar as comissões chefiadas pelo coronel Rondon, da Comissão de 1890 chefiada pelo major Gomes Carneiro.

criação do órgão protecionista, ao conferir o cargo de diretor nacional do SPILTN a Rondon, estava carregada de um sentido simbólico, e tinha como finalidade sinalizar à sociedade as diretrizes republicanas e positivistas que orientariam o órgão recém-criado⁵⁸.

Cândido Rondon não exerceria de fato o cargo de diretor na primeira década de funcionamento da instituição indigenista. A direção efetiva do SPILTN no âmbito nacional, no período 1910-1920, seria exercida por três personagens⁵⁹: Amaro da Silveira, militar de formação, foi o diretor do órgão nos meses finais do ano de 1910; sucedeu-o José Bezerra Cavalcanti, engenheiro de formação, diretor no período 1911-1918. De 1918 a 1921 assumiu a direção Luis Bueno Horta Barbosa, engenheiro de formação.

Rondon estava mais envolvido e empenhado em suas tarefas regionais concernentes à construção das linhas telegráficas no noroeste do Mato Grosso, que só seriam dadas por finalizadas no ano de 1915. Todavia, a importância política da sua presença na esfera local, como sujeito aglutinador das equipes encarregadas do ordenamento tanto das estações telegráficas quanto dos postos indígenas, deve ser ressaltada para que possamos compreender as especificidades da situação histórica configurada naquele ambiente regional.

No que tange ao processo de construção do posto de Utiarity enquanto unidade administrativa indigenista torna-se pertinente saber se o posto indígena adquirira, quando da sua constituição, traços de funcionamento semelhantes aos da anterior unidade telegráfica. No que diz respeito às questões de povoamento do espaço geográfico, de colonização agrária da região e de colonização populacional podemos afirmar que as semelhanças foram consideráveis e significativas.

O período 1911-1915 marca os anos de fortalecimento do território estatal-indigenista tal como propomos nesta dissertação, visto que é neste intervalo de tempo que o posto de Utiarity é criado. A Estação Telegráfica Utiarity e o Posto Indígena Utiarity compõem o Território Indigenista Utiarity.

⁵⁸ É relevante lembrar que no contexto histórico de fundação do SPILTN, havia diferentes projetos em disputa sobre os métodos mais eficazes para lidar com a questão indígena. Com este lembrete sinalizamos que o projeto político vencedor e incorporado como oficial pelo governo federal – que não eliminaria a existência simultânea de outros projetos respaldados por outros segmentos sociais – seria aquele defendido por positivistas civis e militares, fiéis ao ideário republicano. Cf. GAGLIARDI op. cit. Este tema será melhor desenvolvido no capítulo seguinte.

⁵⁹ Ver apêndices da obra de LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Um Grande Cerco de Paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1995.

É importante dizer que não ocorre uma transferência de poder de jurisdição⁶⁰ entre a CLTEMGA e o SPILTN, no que diz respeito ao posto indígena recém instalado em Utiarity; ocorre, sim, uma coexistência local e cooperação administrativa entre os mencionados órgãos estatais. Não há a transformação de um núcleo indígena administrado pela Comissão Rondon num posto indígena a ser administrado pelo SPILTN; o agrupamento indígena permanece o mesmo e a sede do posto é construída no mesmo terreno onde se localizava a sede da estação telegráfica. Utiarity podia ser referido como estação telegráfica ou posto indígena, ambas as designações remetendo à mesma territorialidade.

Estações e postos são unidades administrativas indigenistas distintas, cada qual representativa de órgãos estatais diferentes – respectivamente a CLTEMGA e o SPILTN -, mas exerciam um planejamento conjunto de governo sobre os índios nucleados em Mato Grosso. Aplicavam conjuntamente na esfera regional as políticas indigenistas elaboradas na esfera nacional; adaptavam o plano geral de governo indigenista a ser aplicado sobre todos os grupos indígenas do Brasil à realidade local. Cada unidade local de ação – estações e postos – obedecia, entretanto, a regulamentos internos próprios, ou seja, a lógicas administrativas distintas, uma vez que eram subordinadas à instituições diferentes.

A lógica de atuação de cada unidade era balizada por finalidades institucionais distintas ainda que possuíssem finalidades políticas semelhantes: o desenvolvimento dos serviços telegráficos respondia à ampliação do sistema de comunicações estatal para um maior controle administrativo do território nacional e o desenvolvimento dos serviços de proteção aos índios respondia ao planejamento estatal de colonização e povoamento.

Contudo, minhas pesquisas sobre os trabalhos desempenhados pela 2ª Comissão Rondon no noroeste de Mato Grosso, os revelam como simultâneos aos desenvolvidos pelo SPILTN na mesma região; e pelo fato de serem serviços

⁶⁰ Remeto-me aqui à dissertação de mestrado de ARRUDA, Lucybeth Camargo de. **Posto Fraternidade Indígena: Estratégias de civilização e táticas de resistência (1913-1945)**. Dissertação de Mestrado em História. UFMT, 2003. O Posto de Atração Fraternidade Indígena foi fundado pela CLTEMGA em 1913 e logo em seguida transferido para o SPILTN. A autora abre a introdução da mencionada obra transcrevendo a ata de transferência: através deste dispositivo administrativo este posto passaria a ficar subordinado ao SPILTN e não mais à CLTEMGA. O posto Fraternidade Indígena foi criado a partir da extensão de um ramal das linhas telegráficas do Posto Utiarity.

planejados conjuntamente, não cabe distinguir o que é trabalho realizado por este ou aquele órgão.

Deste modo, sabendo que em Utiarity funcionavam duas unidades administrativas – a estação telegráfica e o posto indígena – leio tal simultaneidade como convergência de interesses em prol da “dimensão indigenista” que envolvia suas atividades enquanto aparelhos do Estado, apesar de possuírem atribuições diferentes.

Os sujeitos históricos Paresí participaram de forma contributiva desde o início dos processos de ocupação do espaço geográfico desempenhados pela equipe da CLTEMGA selecionada para ficar no local e construir estações telegráficas na região, dentre elas a que seria chamada de Utiarity. Sob o rótulo de “atraídos” e “pacificados”, passariam a se relacionar política e culturalmente com os ditos representantes do governo do Rio de Janeiro.

A despeito das fontes destacarem a primazia das ações dos representantes governamentais e suas definições sobre os índios, enfatizo que sem a anuência dos grupos indígenas e sem negociação tal ocupação dos territórios não se realizaria. Como decorrência da consideração da ação indígena é preciso ler de forma crítica as certezas que as fontes procuram estabelecer. Os discursos governamentais expõem marcas de posse, os nomes criados e os espaços construídos pela ação do Estado, ocultando os agentes indígenas, suas percepções e reações.

Os índios, assim como os não-índios buscavam cotidianamente compreender melhor, cultural e politicamente, as particularidades e intenções daquele “outro”. Era um ambiente histórico-social repleto de tensões vivenciadas pelas partes negociantes; não devemos interpretá-lo como um ambiente de cordialidade, harmonia e ordem plena, da maneira como os documentos oficiais intencionavam representá-lo. Os acordos firmados e os pactos sociais estabelecidos não retiravam do ambiente os ares de incerteza quanto ao porvir.

O modelo de organização social do espaço – a disposição das casas construídas, a área reservada para a lavoura, a área destinada à criação de animais – criava um ambiente social e novo, gerando expectativas em todos os agentes históricos envolvidos. Estas expectativas sobre o futuro, naqueles momentos iniciais de trabalho dentro deste novo espaço territorial forjando-se enquanto área

do Estado, infundidas tanto aos indigenistas quanto aos indígenas, nos dão a dimensão da historicidade destes processos políticos e sociais.

O que resultaria dos trabalhos ali desenvolvidos, dos contatos recém estabelecidos e dos futuros contatos com outros grupos desta mesma etnia era algo projetado e aguardado por ambas as partes⁶¹. Desta maneira podemos perceber a história construindo-se no tempo, chamando atenção aqui para a dimensão das ansiedades, incertezas e dos horizontes de expectativas que envolviam os agentes sociais em questão.

(...) Tive a felicidade de falar a tantos índios, fazendo-os sabedores da resolução do governo de povoar aqueles sertões imensos, que definhavam das suas grandezas primitivas, quando a grande nação Ariti era opulenta e numerosa. Iamos atravessar os seus dilatados chapadões e penetrar nas terras dos seus vizinhos e inimigos Uaicoacores (Nambikwára). Eu desejava que todos quisessem me ajudar nessa obra, que vinha dar-lhes nova vida e nova animação. Passariam d'ora em diante a ter ferramentas, roupas, linha e armas para as suas caçadas. A prova dessa imensa mudança iriam todos experimentar nos presentes que pessoalmente lhes distribuiria, **em nome do governo do Rio de Janeiro**. Ficaram admirados e muito satisfeitos, quando em realidade se transformava a promessa. (...) Para produzir nos seus ingênuos espíritos o efeito da **grandeza e poder do governo, que lhes falava por meu intermédio**, eu havia naquele ponto de reunião por mim escolhido, mandado levar o meu fardamento do 3º uniforme, quando determinei que para lá transportassem os brindes que do Rio trouxera para os índios da região que a linha tivesse de atravessar.⁶²

Tal fragmento do relatório de Rondon acerca das atividades desenvolvidas pela Comissão sob seu comando nos fornece subsídios para refletir tanto sobre o projeto de governo local aplicado aos índios da região quanto sobre as particularidades do tipo de relacionamento desenvolvido com os indígenas Paresí em Mato Grosso. As relações estabelecidas com os grupos Paresí atraídos para Utiarity acabariam por moldar a necessidade de identificar os indígenas a esta nova territorialidade. Os Paresí seriam assim tornados “os índios de Utiarity”.

Tratava-se de uma identificação administrativa para fins de governo e não necessariamente uma identificação dos indígenas com a territorialidade que lhes

⁶¹ Busco enfatizar que os contatos eram pensados pelos agentes sociais indígenas: eles também deliberavam sobre como moldá-los de acordo com suas conveniências.

⁶² Fragmentos retirados da tese de MACHADO, op. cit., pgs. 122-123. Tais fragmentos fazem parte do 2º volume da obra de Rondon citada no início deste capítulo. RONDON, Cândido Mariano da Silva. **Relatório apresentado à Directoria Geral dos Telégraphos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra pelo tenente-coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, Chefe da Comissão. 2º volume. Construção (1907-1910)**. Publicação nº3, Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1919. Os grifos são meus.

estava sendo “oferecida” para uma experiência social de convivência “fraternal” com representantes do estado nacional. É conveniente mencionar que as práticas de atração - e pacificação - de índios já haviam se tornado um expediente comum das equipes estatais atuantes na região noroeste do Mato Grosso. Torna-se relevante voltar nossas atenções para o fato de que estas estratégias de contato entre o Estado e os povos indígenas pré-existiam à criação do SPILTIN.

Oriundas de um saber indigenista regional – sendo o ato de distribuição de brindes um exemplo representativo deste saber forjado na vivência das práticas empíricas de trabalho junto aos índios, no acúmulo e trocas de experiências das equipes das comissões telegráficas chefiadas por Gomes Carneiro e Rondon, ao longo da década final do século XIX e da primeira década do século XX -, as estratégias de contato seriam nacionalizadas, expandidas para outras regiões do território nacional, através e a partir da fundação da primeira agência oficial indigenista do Governo Republicano.

Tais observações têm o sentido de sinalizar a dimensão da continuidade que relacionam as políticas indigenistas aplicadas pelos membros da Comissão Rondon com as desenvolvidas pelos agentes do SPILTIN. Também nos serve para ajudar a pensar a parceria administrativa que se configuraria e se fortaleceria, ao longo da década de 10 e da seguinte, entre os dois órgãos federais que prestavam serviços indigenistas ao Estado republicano no âmbito regional.

Enfocando as relações locais entre estes dois órgãos e a formação de redes institucionais e interpessoais de co-operação administrativa, podemos captar a dimensão da simultaneidade e continuidade das ações indigenistas – sem deixar de atentar às possíveis discontinuidades - iniciadas pela Comissão Rondon e mantidas pelo SPILTIN, através, respectivamente, de suas estações telegráficas e postos indígenas.

A relação entre o estado nacional republicano – representado institucionalmente pelas unidades administrativas locais citadas – e as populações indígenas habitantes do estado do Mato Grosso – representadas aqui pelos grupos da etnia Paresí⁶³, “os índios de Utiarity” - é devidamente elucidada quando

⁶³ No estado do Mato Grosso habitavam e habitam uma diversidade enorme de grupos e etnias indígenas. Os índios Paresí representam o “recorte humano” do estudo, ou seja, os agentes sociais sobre os quais focaliza-se a análise historiográfica aqui realizada. Com esta ressalva quero frisar que a experiência histórica vivenciada pelos sujeitos históricos Paresí não corresponde

passamos a entender a CLTEMGA e a Inspetoria Indigenista do Mato Grosso como aparelhos do Estado, tentáculos do governo federal: órgãos responsáveis pela elaboração e aplicação de políticas estatais por meio de suas unidades locais de ação. As políticas indigenistas, desta forma, passam a ser percebidas enquanto parte constitutiva de macro-políticas nacionais estratégicas.

A presença ativa na região do engenheiro-militar Cândido Rondon era um importante componente agregador entre os órgãos de governo envolvidos nas empreitadas expansionistas do Estado, principalmente no que diz respeito ao Mato Grosso. Torna-se mais nítida a vinculação entre a implementação de políticas indigenistas e a construção – em terras ocupadas, freqüentadas e habitadas por populações indígenas - das unidades administrativas governamentais, a partir do momento em que recuperamos a figura de Rondon enquanto homem de Estado e sujeito político articulador de redes institucionais e interpessoais.

A experiência empírica de Rondon atuando enquanto representante de um estado nacional junto a grupos indígenas habitantes de terras matogrossenses elucida o estabelecimento inicial de uma rede de colaboração administrativa entre unidades locais do serviço telegráfico e unidades locais do serviço de “proteção” aos índios. Entretanto, no decorrer dos anos, desenvolver-se-iam meios próprios e autônomos de relações institucionais, que não mais necessitariam de Rondon enquanto sujeito mediador.

Transcender-se-ia à figura de Rondon enquanto sujeito aglutinador, formando-se assim uma rede regional de servidores do Estado: as equipes dos postos indígenas do SPILTN e das estações telegráficas da Comissão Rondon trabalhando em conjunto e aplicando em âmbito local as políticas indigenistas. Uma nova situação histórica se constituía a partir de uma conjuntura administrativa em que a CLTEMGA não atuava mais enquanto construtora de linhas telegráficas – pós-1915⁶⁴ -, apenas como mantenedora das linhas, estações

necessariamente às diversas experiências vivenciadas pelos índios da região em suas relações com instituições e agentes representantes do Estado brasileiro.

⁶⁴ A Comissão das Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas – a segunda das duas comissões telegráficas popularmente conhecidas como “Comissão Rondon” – finalizou seus trabalhos de estabelecimento de estações telegráficas em 1915. A CLTEMGA seria oficialmente extinta no ano de 1930 com suas estações telegráficas sendo desativadas progressivamente ao longo dos anos seguintes. Contudo, até fins da década de 40, funcionários do Estado – índios inclusive - trabalhariam naquela região com a finalidade de administrar as estações e realizar serviços de conservação das linhas telegráficas.

e territórios indigenistas construídos. A Comissão passava a contar agora com o suporte cada vez mais efetivo da Inspeção regional do SPILT com seus postos indígenas.